



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UnICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE NUTRIÇÃO

**ACESSIBILIDADE E EMPODERAMENTO DOS PORTADORES DE DEFICI-
ÊNCIA VISUAL DE UM CENTRO DE ENSINO DE DEFICIENTES VISUAIS- DIS-
TRITO FEDERAL NAS SUAS ESCOLHAS ALIMENTARES EM ESTABELECIMEN-
TOS ALIMENTÍCIOS**

Autor: Maria Edeila Araújo de Magalhães
Professora orientadora: Maria Cláudia Silva

Brasília, 2016

RESUMO

Na busca pelo direito a alimentação adequada a todos os indivíduos, determinados grupos tornam-se ocultos à sociedade. A dependência gerada ao deficiente visual à aquisição de alimentos é reflexo de falhas na legislação, tornando ainda maior a invisibilidade deste grupo perante a sociedade, excluindo seus direitos e dificultando o seu cotidiano. Um dos principais objetivos da presente pesquisa é avaliar a acessibilidade e o empoderamento de portadores de deficiência visual de um centro de ensino em estabelecimentos alimentícios. Para isso, será feito um estudo descritivo e transversal, realizado a partir da coleta de dados por aplicação de um questionário aberto e fechado (Apêndice 2), contendo 17 itens, elaborados pela pesquisadora, a serem respondidos oralmente e individualmente pelos deficientes visuais- DF, no período de junho de 2016. Dentre os itens abordados, indaga-se questões pertinentes como hábitos alimentares desta população, a dependência necessária para aquisição de alimentos, o ponto de vista dos deficientes quanto a não obrigatoriedade do uso de braile em rótulos e até mesmo dificuldades referente a identificação de alimentos associadas a possíveis riscos de intoxicações, intolerâncias e ou alergias.

Palavras-chaves: Deficiente visual; Acessibilidade; Empoderamento; Estabelecimentos alimentícios.

ABSTRACT

In the search for the right to adequate food for all individuals, certain groups become hidden from society. Dependence generated the visually handicapped to the purchase of food is a reflection of loopholes, making even greater invisibility of this group in society, excluding their rights and hindering their daily lives. One of the main objectives of this research is to evaluate the accessibility and the empowerment of visually impaired the Visually Impaired Education Center in food establishments. For this, there will be a descriptive cross-sectional study conducted from the collection of data by applying an open and closed questionnaire (Appendix 2), containing 17 items, prepared by the researcher, to be answered orally and individually by the visually impaired- DF, between June 2016. Among the items discussed, look into relevant issues such as eating habits of this population, dependence needed to buy food, the view of disabled people as non mandatory use of Brail

e in labels and even difficulties related to identification associated with food poisoning potential risks, and intolerances or allergies.

Keywords: Deficient visual; Accessibility; empowerment; food establishments.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Bruno e Mota (2001), existe dois diferentes tipos de deficiência visual, sendo elas a cegueira e a baixa visão. A cegueira é a perda total da visão, já a baixa visão é a redução da capacidade funcional visual podendo ainda ser de nível severo, moderado ou leve.

A visão em plena aptidão de enxergar e interpretar as imagens visuais depende fundamentalmente da função cerebral de receber, codificar, selecionar, armazenar e associar imagens à experiências já vividas (BRUNO; MOTA, 2001).

A partir de um estudo realizado por Sansivieiro (2005), possibilitou diagnosticar que a precariedade de informações ou mesmo informações errôneas possibilitam uma percepção inexistente ou deturpada de como seja a deficiência em si.

Conforme afirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), na execução do censo, aproximadamente 45 milhões de pessoas são portadoras da alguma deficiência, valor estimado a 23% da população brasileira; dentre estes, cerca de 29 milhões de pessoas possuem algum grau de deficiência visual, e 506 mil declararam-se totalmente cegas. Em percentual, 6,5% dos brasileiros são portadores de alguma deficiência visual.

Não fosse pela informação contida nos rótulos, as embalagens com o mesmo formato que acondicionam produtos diferentes tornariam-se quase impossíveis de ser identificadas (LOPES, 2014).

Levando em consideração que o varejo a todo momento desde os layouts das lojas ate mesmo no próprio ponto de venda explora os campos visuais e sonoros para estimular os consumidores à comprar, portadores de deficiência possivelmente tem a capacidade de consumo significativamente reduzida por estarem inaptos a estímulos visuais. Sendo assim, aumenta velozmente a chance da interpretação errônea do produto, desde o momento do atendimento sendo considerado de má qualidade; assim, ocorrendo isso, danifica-se todo o processo da compra (AMARO et al. 2008).

É errado considerar que absolutamente todos os consumidores possuem os cinco sentidos (tato, olfato, visão, audição e paladar) em total funcionamento, afinal, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no mundo existem 285 milhões de indivíduos deficientes visuais, 39 milhões são cegos, 246 com baixa visão, aproximadamente 90% destes habitam em países em desenvolvimento (OMS, 2011).

Indivíduos com deficiência desejam ser vistos como usuários ativos, no entanto, empresas são inábeis à compreender o valor, a capacidade que este público tem, além do lucro que podem gerar (FARIA; SILVA, 2011 apud BAKER et al., 2007).

De acordo com Oliveira e Braga (2013), faz-se necessário que profissionais de marketing, antes de mais nada, entendam as necessidades dos consumidores. O apelo sensorial deve ser minuciosamente escolhido para que chegue ao consumidor corretamente a mensagem que se deseja passar.

Há uma disputa de cores, formas e tamanhos de embalagens, a ser escolhidos pelo consumidor, sendo que o marketing mais usado para atrair a população é a ferramenta visual. Por outro lado, consumidores com deficiência visual não participam da batalha de mercadologia e nem sequer tem certeza se os produtos condizem com o que eles desejam (LOPES, 2014).

A deficiência de elementos sensórios como escritas em Braille ou mesmo pisos com textura reforçam a fragilidade com o que o cego lida na sua rotina. É preciso transformar o ambiente de supermercado para que se adeque à todos os usuários (DAMASCENA, 2013).

Existem leis que tem como finalidade promover acessibilidade dos deficientes, baseadas em normas gerais e critérios, que dão prioridade de atendimento aos portadores de deficiência e são regulamentadas pelo Decreto-lei n 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004).

Para Corrêa (2009), a acessibilidade é a garantia de acessos dos meios de convívio por todos os indivíduos. Tais meios se referem a espaços mobiliários, equipamentos urbanos, sistemas e meios de comunicação e de informação.

É papel do Estado realizar ações em saúde direcionadas à indivíduos portadores de deficiência, com foco na participação social a fim de incluí-los em todos os níveis. (CEZARIO et al. 2010).

Assim, o presente trabalho visa avaliar a acessibilidade e o empoderamento de portadores de deficiência visual nas suas escolhas alimentares em estabelecimentos alimentícios, logo, identificar as principais entraves e facilidades para a aquisição de alimentos.

3. OBJETIVO

3.1 Objetivo geral

Avaliar a acessibilidade e o empoderamento de portadores de deficiência visual de um centro de ensino nas suas escolhas alimentares em estabelecimentos alimentícios.

3.2 Objetivos específicos

Identificar como é feita a escolha de alimentos por deficientes visuais em estabelecimentos alimentícios.

Analisar a capacidade de distinção dos rótulos dos alimentos na percepção do deficiente visual em supermercados;

Averiguar se a falta de informação adequada contida nos alimentos facilita a ocorrência de alergias, intolerâncias e intoxicação alimentar.

Levantar as opiniões dos pesquisados sobre a acessibilidade ao alimento nos locais de venda

4. MATERIAIS E METODOS

4.1 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com onze deficientes visuais, de ambos os sexos, com idade entre 20 e 65 anos e que sejam estudantes do turno vespertino de um Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais de Brasília - DF.

4.2. Critérios de Inclusão

Convidados a participar que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1).

4.3. Critérios de Exclusão

Foram excluídos componentes que não aceitaram participar da pesquisa, que não assinaram o TCLE, os que não responderam a todo o questionário, ou os que tenham idade inferior a 20 anos.

4.4. Desenho do estudo

Trata-se de um estudo descritivo e transversal.

4.5. Metodologia

Tratou-se de um estudo descritivo e transversal, realizado a partir da coleta de dados feita por aplicação de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas (Apêndice 2), contendo 17 itens, elaborados pela pesquisadora. O questionário foi aplicado pela pesquisadora no período de maio e junho de 2016. Dentre os itens abordados, indagou-se questões pertinentes como hábitos alimentares desta população, a dependência necessária para aquisição de alimentos, o ponto de vista dos deficientes quanto a não obrigatoriedade do uso de braile em rótulos e até mesmo dificuldades referente a identificação de alimentos associadas a possíveis riscos de intoxicações, intolerâncias e/ou alergias.

Para auxílio da coleta de dados foi utilizado um gravador da marca Sony modelo Icd-Px240, e posteriormente transcreveu-se os dados coletados pela pesquisadora, a fim de esclarecer dificuldades reais no cotidiano de deficientes visuais.

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho foram preparados dentro dos procedimentos éticos e científicos fundamentais, como disposto na Resolução N.º 196, de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. A coleta de dados iniciou-se apenas posteriormente a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e a assinatura do formulário de autorização do local de pesquisa para realização da pesquisa. Na execução e divulgação dos resultados é garantido o total sigilo da identidade dos participantes e a não discriminação ou estigmatização dos sujeitos da pesquisa, além da conscientização dos sujeitos quanto à publicação de seus dados.

4.6. Análise dos dados

Inicialmente foi construído um banco de dados no Excel, de forma a facilitar a tabulação dos dados e, em seguida, procedeu-se, no mesmo software, a análise descritiva segundo os objetivos da pesquisa.

5.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 11 indivíduos que preenchiam os pré-requisitos para participar da amostra deste trabalho no Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais. A maior quantidade de pessoas se mostrou receptiva e logo prontificou-se a participar da pesquisa.

Na Tabela 1 descreve-se a percepção dos entrevistados referente seus hábitos alimentares, onde 4(36,36%) disseram não ter o hábito alimentar não saudável e moderado. Enquanto que os que se consideraram com hábito alimentar saudável corresponderam à 3(27,27%) .

Tabela 1 - Percepção dos entrevistados sobre seu hábito alimentar

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Saudável	3	27,27%
Não saudável	4	36,36%
Moderado	4	36,36%

É descrito na tabela 3 sobre a escolha por produtos industrializados. Um entrevistado disse optar por consumir produtos industrializados, correspondendo a 9,09%. Já 4(36,36%) participantes responderam que preferem consumir produtos *in natura*. Em maior quantidade de respostas sendo 6 (54,54%) disseram consumir ambos (*in natura* e industrializados).

Tabela 3 – Consumo de produtos *in natura* e industrializados entre os entrevistados

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Industrializados	1	9,09%
In natura	4	36,36%
Ambos	6	54,54%

Na Tabela 4 buscou-se identificar se os deficientes visuais frequentam supermercado sem auxílio de acompanhante, 5 indivíduos responderam que tem o hábito de frequentar supermercados sozinhos, valores equivalentes a 45,45%; já 6 entrevistados responderam que não frequentam de forma alguma supermercados sozinhos.

Tabela 4 - Regularidade com que os entrevistados vão ao supermercado sozinhos

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	5	45,45%
Não	6	54,54%

A partir da análise da Tabela 5, investigou-se como cada entrevistado opta pelo produto que deseja no supermercado. Desta forma constatou-se que todos são dependentes de alguém para indicar o produto, sendo que 8 pessoas responderam pedir ajuda a algum funcionário do supermercado, com valor correspondente a 72,72%. Por outro lado, 3 pessoas disseram que pedem auxílio de parentes que estão lhe acompanhando sendo estes 27,27%.

Tabela 5 - Como é feita a escolha de produtos alimentícios no supermercado

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Funcionário de supermercado	8	72,72%
Parente	3	27,27%

A Tabela 6, questionou-se como os entrevistados diferenciam os rótulos de produtos no supermercado. Todos os entrevistados mostraram-se dependentes de alguém para orientá-los a fim alcançar seus objetivos. Oito entrevistados disseram pedir ajuda a algum funcionário do supermercado, com valor correspondente a 72,72%. Por outro lado, 3 pessoas responderam que necessitam de auxílio de parentes que lhe acompanhem no supermercado sendo estes 27,27%.

Tabela 6 - Distinção de rótulos de alimentos no supermercado

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Funcionário de supermercado	8	72,72%
Parente	3	27,27%

Constatou-se nesta pesquisa que indivíduos que consideram-se saudáveis, consomem apenas alimentos in natura, ou alimentos in natura juntamente com industrializados ao longo do dia. Dois dos entrevistados que se denominaram saudáveis consomem em maior quantidade diária alimentos In natura; o outro entrevistado que denominou-se saudável consome as duas opções, representando assim uma porcentagem total de 27,27%. Dos entrevistados que não se consideram saudáveis, consomem as duas opções, ou somente industrializados obtendo porcentagem referente a 54,54%, e apenas um entrevistado que se considerou não saudável relatou comer alimentos in natura com um total de 9,09%. Nota-se que há equívoco quanto a definição de o que é saudável.

A partir de uma linguagem visual, é aberto um canal de contato entre a embalagem e o consumidor, motivando-o à compra. (GONÇALVES et al. 2008)

Como a dificuldade do deficiente visual está presente em todos os produtos, estes preferem optar por produtos confiáveis, e também optam por produtos práticos visto que a impossibilidade de visão já representa um obstáculo grande no seu poder de escolha. Todos os onze entrevistados, correspondentes a 100% da pesquisa, completaram que mesmo indo ao supermercado acompanhados, solicitam alguém que o auxilie na compra a adquirir produtos já conhecidos pelos mesmos pois estes trazem confiabilidade.

De acordo com Lopes (2015), na ausência de cores e desenhos, faz-se necessário que as informações do produto sejam ofertadas de alguma forma. Existem cinco sentidos que o indivíduo dispõe e devem ser explorados, não sendo exclusivamente usado apenas um sentido. Um possível meio de resolução é o diálogo, ou seja, a busca de conhecimentos de outras pessoas.

Contudo, esta alternativa não é intrínseca ao produto e a dependência pode causar desconforto pela incerteza da informação e por nem sempre existir uma pessoa disposta a ajudar.

Para Lopes (2015) o consumo exemplifica uma atividade rotineira, a qual todos estão expostos. Independentemente que se compre ou não, todo indivíduo precisa consumir mercadorias, sejam de higiene, alimentos ou roupas. Tais produtos são indispensáveis para a sobrevivência humana, e vem sendo oferecidos de forma cada vez mais rápida e diversificada nos supermercados. Porém, quase todas as mercadorias de bens de consumo de limpeza, de higiene pessoal, ou até mesmo alimentos trazem informações imprescindíveis apenas na comunicação visual: peso, validade, caracterização do produto, são todas impressas nas embalagens, que possuem formas e tamanhos semelhantes a fim de auxiliar ao armazenar os produtos. Com isso, observa-se que a dificuldade para diferenciar produtos pelas embalagens é real, perante a grande quantidade de itens ofertados aos consumidores nas redes de supermercados.

O produto passa a ser perceptível para o deficiente visual quando ele tem a possibilidade de senti-lo pelos órgãos sensoriais. Contudo, sabendo da falta de um dos sentidos de deficientes visuais, como estes conseguem distinguir determinado produto atualmente? A não obrigatoriedade da informação em Braille nos produtos exclui o cego, acarretando necessidade de auxílio durante o uso e a compra. (SCATOLIM, 2008)

Tabela 11- Opinião dos entrevistados quanto a probabilidade de intoxicação, alergias, ou intolerância pela compra inadequada de alimentos

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	8	72,72%
Não	3	27,27%

Na Tabela 12, foi investigado se algum entrevistado se sentiu constrangido em alguma situação ao adquirir alimentos. Dos 11 entrevistados, 5 responderam já ter passado por algum constrangimento, equivalendo a 45,45%; outros 5 disseram nunca ter passado por constrangimento ao adquirir alimentos, equivalendo também a 45,45%. Uma pessoa ao ser entrevistada foi constatada a não aplicação deste item, correspondendo a 9,09%.

Tabela 12- Ocorrência de constrangimento ao adquirir alimentos

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	5	45,45%
Não	5	45,45%
Não se aplica	1	9,09%

Pesquisou-se na Tabela 13, a possível ocorrência em confundir-se ao adquirir algum alimento. Quatro entrevistados afirmaram ter se confundido ao adquirir alimento, com valores referentes a 36,36%. Seis entrevistados afirmaram nunca ter se confundido, equivalendo a 54,54%. Uma pessoa ao ser entrevistada foi constatada a não aplicação deste item, correspondendo a 9,09%.

Tabela 13- Ocorrência de equivoco ao adquirir alimento

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	4	36,36%
Não	6	54,54%
Não se aplica	1	9,09%

Questionou-se se os entrevistados acham da não obrigatoriedade do uso de braile em embalagens. Quase que unanimemente os entrevistados afirmaram ser um absurdo, sendo estes 10 indivíduos equivalendo assim a 90,90%. Apenas um entrevistado posicionou-se indiferente correspondendo a 9,09% do total.

Tabela 15- Opinião dos entrevistados quanto a não obrigatoriedade do uso de braile em embalagens

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Absurdo	10	90,90%
Indiferente	1	9,09%

Na Tabela 16 descreve se a hipótese da obrigatoriedade do uso de braile em embalagens traria confiabilidade ao que o entrevistado está adquirindo. Dos 100% entrevistados, 90,90% sendo 10 indivíduos afirmaram que caso fosse obrigatório o uso de braile em embalagens os deixariam confortáveis e teriam confiabilidade no que estariam adquirindo; apenas um entrevistado respondeu não ao item, correspondendo a 9,09%.

Tabela 16- Opinião dos entrevistados quanto a confiabilidade do uso de braile caso fosse obrigatório

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	10	90,90%
Não	1	9,09%

Pôde-se notar por meio do estudo que um dos motivos de os entrevistados não costumarem frequentar o ambiente de supermercado é devido a falta de informação em braile nos rótulos de alimentos, trazendo riscos ao adquirir produtos que possivelmente acarretem alergias, intolerâncias ou intoxicações alimentares ao comprar erroneamente. Dez dos onze participantes da pesquisa com valores referentes a 90.90% acreditam que a obrigatoriedade de braile em embalagens traria confiabilidade nos produtos; oito dos entrevistados, ou 72,72% opinaram que a ocorrência de intolerâncias, intoxicações ou alergias alimentares são reais e muito prováveis em sua rotina.

É de suma importância expor que houve ocorrência de equívocos por 4 participantes ao adquirir alimentos, em porcentagem equivalente a 36,36%; e 5 dos 11 entrevistados, ou 45,45%, passaram por situações constrangedoras ao adquirir produtos em supermercados.

Atualmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na Resolução - RDC n. 259, de 20 de setembro de 2002, regulamenta a rotulagem de alimentos embalados no Brasil, dando obrigatoriedade diversos itens como a denominação de venda do alimento, a lista de ingredientes, o conteúdo líquido, a identificação da origem e do lote, o prazo de validade, a instrução sobre preparo e uso do alimento, quando necessário, e o nome ou razão social e endereço do importador, no caso de alimentos importados. (BRASIL, 2002) Em nenhum momento o decreto citado menciona a acessibilidade à deficientes visuais em embalagens, ferindo assim o conceito básico do Direito Humano à Alimentação Adequada que está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O Direito Humano à Alimentação Adequada à alimentação adequada é inerente a todos a fim de proporcionar acesso regular, permanente e sem restrições, quer diretamente ou indiretamente, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (BURITY, 2010)

Mesmo não havendo essa obrigação legal dessas informações em Braille nas embalagens de produtos, grandes empresas estão percebendo a quantidade significativa de consumidores deficientes visuais em demandas no mercado. (SCATOLIM, 2008)

A realidade da dificuldade da pessoa com deficiência visual é posta em prática segundo analisado no questionário onde todos os entrevistados, correspondentes a 100% que conseguem ir ao supermercado sozinhos e os que vão acompanhados solicitam auxílio de alguém, representa o não cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada, retirando o empoderamento dado a todo e qualquer cidadão.

A Tabela 2 sobre se o fato de ser portador de deficiência visual implica no hábito alimentar saudável. De todos os entrevistados, 6 (54,54%) responderam sim, por outro lado 5 (45,45%).

Tabela 2 – Relação Alimentação saudável X Deficiência visual

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	6	54,54%
Não	5	45,45%

Para Almeida (2006) os hábitos alimentares dependem de todo o processo de escolha e inclusive de hábitos adquiridos desde a infância.

Assim, entende-se que há a probabilidade que a deficiência visual impacte diretamente no poder da pessoa com deficiência visual ao exercer papel de consumidor. Por vezes o cliente deficiente visual gostaria de obter um hábito alimentar mais saudável, segundo relatado durante o questionário por 6 entrevistados com porcentagem equivalente a 54,54%, porém a dificuldade de acesso das informações na embalagem do produto para este usuário desencoraja-o já no momento da compra, pois todo e qualquer produto que é adquirido traz consigo a dúvida de todo conteúdo implícito e explícito na embalagem.

Tabela 7 - Hábito dos entrevistados de frequentar restaurantes

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	7	63,63%
Não	4	36,36%

Investigou-se como entrevistados optam pelo alimento desejado em restaurantes *self service*. Todos 11 (100%) afirmaram que recorrem ao garçom, valores correspondentes a 100%.

Tabela 8 - Como entrevistados optam pelo alimento desejado em restaurante self-service

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Garçom	11	100%

A partir da Tabela 9, questionou-se como entrevistados optam pelo alimento desejado em restaurantes A la Carte. 100% dos entrevistados afirmaram necessitar do garçom.

Tabela 9- Como entrevistados optam pelo alimento desejado em restaurante A La Carte.

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Garçom	11	100%

É exemplo de acessibilidade uma pessoa com deficiência visual escolher sua própria refeição por meio do cardápio em braile; porém como averiguado na pesquisa este cardápio é quase inexistente, pois os onze entrevistados, sendo estes 100% da pesquisa relataram sempre buscar informações com o garçom, podendo afirmar assim que a lei imposta desde 2005 no Distrito Federal nunca entrou em vigor de fato; sendo raros os restaurantes que se adequaram à lei. Segundo previsto na legislação do Distrito Federal torna obrigatório o uso de cardápios em braile em restaurantes e similares do Distrito Federal. (BRASIL, 2005)

Pesquisou-se os entrevistados sobre preparar suas refeições sozinhos em casa. Em sua maioria, sendo 6 pessoas responderam que preparam suas refeições, em porcentagem equivalente a 54,54%. E 5 pessoas, com valores em porcentagem correspondentes a 45,45% não preparam as suas refeições (Tabela 10).

Tabela 10- Entrevistados preparam suas refeições sozinhos em casa

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	6	54,54%
Não	5	45,45%

Associou-se a dificuldade rotineira que os entrevistados enfrentam na aquisição de alimentos com a qualidade e sua escolha alimentar. Dos 11 entrevistados, 6 (54,54%) responderam encontrar dificuldade na aquisição de alimentos relacionadas com a qualidade e escolha alimentar, Por outro lado 4 entrevistados correspondendo a 36,36% afirmaram não encontrar dificuldades. Uma pessoa ao ser entrevistada foi diagnosticada a não aplicação deste item, correspondendo a 9,09% pois relatou ainda não ter vivido nenhuma situação referente à sua deficiência pois tem acesso a absolutamente tudo oriundo de um parente.

Tabela 14A - Influências de dificuldades rotineiras na aquisição de alimentos quanto à qualidade e escolha alimentar

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	6	54,54%
Não	4	36,36%
Não se aplica	1	9,09%

Na Tabela 14B, associou-se a dificuldade rotineira que os entrevistados enfrentam na aquisição de alimentos relacionada ao prazer de comer. Dos 11 entrevistados, 6 indivíduos, equivalentes a 54,54% responderam encontrar dificuldade na aquisição de alimentos relacionadas com a qualidade e escolha alimentar, Por outro lado 4 entrevistados correspondendo a 36,36% afirmaram não encontrar dificuldades. Uma pessoa ao ser entrevistada foi diagnosticada a não aplicação deste item, correspondendo a 9,09%.

Tabela 14B - Influências de dificuldades diárias na aquisição de alimentos relacionadas ao prazer de comer

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	6	54,54%
Não	4	36,36%
Não se aplica	1	9,09%

Conforme analisado, seis dos onze participantes, ou 54,54% disseram preparar suas refeições sozinhos em suas residências; desta forma percebe-se que o portador de deficiência visual quando familiarizado com o espaço físico e uma rotina organizada, sem modificações de produto nem espaço, tendo como exemplo sua residência, obtém sucesso ao preparar sua refeição sozinho.

Foi afirmado por 6 dos onze participantes da pesquisa, correspondentes a 54,54% que de modo geral, ao adquirir alimentos, estes sentem relevância negativa no prazer de comer, na qualidade e escolha alimentar.

Assim, assegura-se que a deficiência visual prejudica o comportamento alimentar do indivíduo, uma vez que a ausência da visão, por si só, entrava que o mesmo tenha autonomia em adquirir, preparar ou consumir os alimentos; muitas vezes, também contribui para o aparecimento e desenvolvimento de doenças crônicas. (AKUTSU et al, 2007).

A Tabela 17 aborda o questionamento se o entrevistado sente alguma dificuldade referente à acessibilidade dos alimentos. Em sua maioria, 8 participantes responderam sentir dificuldades, correspondendo a 72,72%. Outros 3 participantes disseram não sentir dificuldades de modo geral, equivalendo a 27,27%.

Tabela 17- Dificuldade que entrevistados sentem quanto a acessibilidade de alimentos

<i>Item</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Sim	8	72,72%
Não	3	27,27%

Deficientes visuais encontram dificuldades em obter, identificar e consumir alimentos. Estas limitações estão relacionadas ao ambiente em que estão inseridos. Tais obstáculos, ademais, possivelmente geram estresse, principalmente no momento das refeições, o que leva à redução do prazer em se alimentar. Dessa forma, considera-se primordial estudos mais aprofundados do cotidiano alimentar do deficiente visual, buscando sensibilizar familiares e sociedade, para garantia de uma melhor qualidade de vida ao deficiente (SABINO et al, 2007).

A acessibilidade de alimentos e o uso de braile em embalagens, quando levado em questão são considerados indispensáveis à rotina conforme afirmados por oito dos onze participantes, obtendo 72,72%.

Na Tabela 4 buscou-se identificar se os deficientes visuais frequentam supermercado sem auxílio de acompanhante, 5 indivíduos responderam que tem o hábito de frequentar supermercados sozinhos, valores equivalentes a 45,45%; já 6 entrevistados responderam que não frequentam de forma alguma supermercados sozinhos.

7.CONCLUSÃO

Uma sociedade é feita de diferentes tipos de indivíduos, com inúmeras formas de pensar, de se portar, de agir; para que tudo ocorra efetivamente é imprescindível leis e cumprimento de normas estabelecidas.

Pessoas com deficiência visual são percebidas com singularidade; costumando despertar curiosidade e estranheza ao realizar atividades comuns à todos. É preciso quebrar este obstáculo e observa-los como cidadão potencialmente capacitados.

Pessoas com deficiência visual possuem desejos, anseios, medos, habilidades tanto quanto qualquer cidadão, basta quebrar a barreira preconceituosa da cegueira onde a verdadeira deficiência visual encontra-se na atual sociedade ao tornar este indivíduo invisível retirando e negligenciando seus direitos.

O deficiente visual atualmente se depara ao longo do dia com diversas dificuldades desde a acessibilidade de espaços, dificuldade no poder de escolha como cidadão, na aquisição de produtos desejados, na liberdade à acessibilidade de informações necessárias ao convívio no cotidiano. Problemas com o não cumprimento de leis trazem impactos negativos à população com deficiência visual; a não fiscalização direta em restaurantes e afins que não possuem o cardápio em braile exclui o deficiente visual que é tão capaz quanto o cidadão apto de visão para gerar lucro à estabelecimentos alimentícios.

Pessoas com plena função de visão, sendo assim com capacidade de enxergar os rótulos, possuem dificuldades de compreensão destes, principalmente devido a falta de informações legíveis, mesmo que ainda assim havendo lei que estabelece normas e padrões na escrita dos rótulos; imagina-se quão dificultoso e embaraçoso seja para a pessoa com deficiência visual perceber o produto que se está adquirindo, já que não há nada na lei à tornar obrigatório o uso de braile em embalagens.

Toda essa questão de falta de informação em alimentos à pessoa com deficiência gera um problema de saúde pública que envolve não somente profissionais do marketing, mas também toda a equipe da área de saúde, bem como o nutricionista com um de seus papéis fundamentais na profissão em levar informação adequada à todos, de forma clara.

Vale ressaltar que quase inexistentes são as pesquisas na área da saúde a respeito do tema, necessitando de uma visibilidade profunda pelos profissionais designados à saúde para assim poder contribuir de forma equivalente tanto quanto se contribui para outros assuntos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S.; QUAHOTI T. C. B. Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para a obesidade.- São Paulo, SP, Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n4/v17n4a11>> Acesso em: 28 junho 2016.

AMARO, L. E.; MEIRA, P.; CAMARGO, S.; SLONGO, L. Em que posso ajudar? O varejo e os portadores de deficiência visual. **Anais do Encontro de Marketing da Anpad**, Curitiba, PR, Brasil, 3, 2008. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/negocios/article/view/125/49>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: **Abrandh**, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 31 março 2016.

BRASIL. Decreto Nº 3.634 de 29 de julho de 2005 < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6801822/pg-2-secao-01-diario-oficial-do-distrito-federal-dodf-de-29-07-2005>> Acesso em: 30 junho 2016.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista, **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual vol. 1 fascículos I – II – III, 2001** p. 33. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf >. Acesso em: 24 mar. 2016.

CEZARIO, K. G., OLIVEIRA, P. M. P., BAPTISTA, R. S., PINHEIRO, A. K. B., PAGLIUCA L. M. F. **Promoção da saúde e deficiência visual: Produção das pós-graduações Brasileiras.**

CORRÊA, P. Acessibilidade: conceito e formas de garantia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, jan.-abr. 2009. p. 171-172 <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n1/12.pdf> > Acesso em: 29 março 2016.

DAVID, J.; GURGEL, V.; ANTUNES, X.; KASTRUP, V. Cidade Acessível: Igualdade e singularidade da deficiência visual. **Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 197-198, 2009.

FARIA, M. D., SILVA, J. F. Pessoas com Deficiência Visual e Consumo em Restaurantes: Um Estudo Utilizando Análise Conjunta. **XXXV Encontro da ANPAD** Rio de Janeiro set. 2011.

GONÇALVES, A.A., PASSOS, M. G., BIEDRZYCKI, A. Percepção do consumidor com relação à embalagem de alimentos: tendências. **Estudos Tecnológicos** - Vol. 4, n° 3: 271-283 set. de 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE e CORDE abrem encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência. 2005. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=438> >. Acesso em: 26 de março de 2016.

LOPES, A. C. A., Análise de acessibilidade para pessoas cegas às embalagens. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná** Departamento de Desenho Industrial Câmpus Curitiba Diretoria de Graduação e Educação Profissional Departamento Acadêmico de Desenho Industrial Ministério da Educação, 2014.

LUIZ, A. M. C. Educação alimentar e nutricional como instrumento de promoção da autonomia e inclusão social de deficientes visuais. **Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF**, MG, 2014.

OLIVEIRA, R. M., BRAGA, N. P. Os Cinco Sentidos no Marketing: A Importância dos Estímulos Multissensoriais para Despertar a Emoção e Gerar Inclusão Social. Intercom - **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** - Bauru-SP - jul. 2013.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<http://www.who.int/media-centre/factsheets/fs282/en/>> Acessado em 3 set 2015.

Resolução-RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados. Disponível em: <http://www.ibravin.org.br/admin/arquivos/informes/1455824267-1ed.pdf> Acesso em: 28 junho 2016.

SABINO, C. A., Avaliação do comportamento alimentar de deficientes visuais, **Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 32, p. 415 out 2007. Disponível em: <<http://www.revistanutrire.org.br/files/v32nSuplemento/v32-suplemento.pdf>> Acesso em: 30 set. 2015.

SANSIVIEIRO, S.; DIAS, C. M. M., Hotelaria e Acessibilidade. Turismo - **Visão e Ação** v 7, n 3, p. 439 - 453, dez. 2005.

SCATOLIM, R. L. A comunicação de embalagens de produtos alimentícios para deficientes visuais. **Universidade Estadual Paulista Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Programa de Pós-Graduação em Desenho Industrial**. Bauru, 2008.

SCHIVITZ, T. Acessibilidade: Um passo para a hospitalidade nos meios de hospedagens.

SIU, K. User participation: quality assurance for user-fit design. **International Journal of Quality and Service Sciences**, v. 2, n. 3, p. 287-299, 2010.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“Acessibilidade e empoderamento dos portadores de deficiência visual do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) – Distrito Federal nas suas escolhas alimentares em estabelecimentos alimentícios”

Instituição dos(as) pesquisadores(as): Centro Universitário de Brasília - Uni-Ceub

Pesquisador(a) responsável: professora Maria Claudia Silva

Pesquisador(a) assistente: Maria Edeila Araújo de Magalhães

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ouvir e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia.

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é avaliar a acessibilidade e empoderamento dos portadores de deficiência visual em estabelecimentos alimentícios.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por estar apto a responder questões relacionadas ao tema assim contribuindo no estudo.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder oralmente ao questionário de acordo com o proposto pela pesquisadora.

- O procedimento é em caso de estar disposto a participar, ao assinar o termo, será aplicado individualmente um questionário simultaneamente gravado e após transcrito para realização de gráficos e tabelas a fim de identificar relações entre o estudo teórico e seu cotidiano.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada no Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais - CEEDV

Riscos e benefícios

Este estudo possui “risco mínimo”/“visto que o registro será aplicado individualmente” A pesquisa ocorrerá em sigilo, não sendo divulgado nome ou outra informação que exponha o pesquisado.

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento não precisa realizá-lo.
- Medidas preventivas durante a aplicação do questionário serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre o tema Portadores de Deficiência Visual, sua Acessibilidade e Empoderamento em Estabelecimentos Alimentícios.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador responsável.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelo pesquisador e não será permitido o acesso a outras pessoas.

O material com as suas informações (fitas, entrevistas etc) ficará guardado sob a responsabilidade da Maria Edeila Araujo de Magalhães, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com o(a) pesquisador(a) responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de ____

Participante

Maria Cláudia Silva, celular (61) 98116-9258 / telefone institucional 3966-1200

Maria Edeila Araujo de Magalhães assistente, telefone/celular (61) 99608-5060 e/ou email

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição:

Endereço

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade:

Telefones p/contato

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO

No: _____

NOME: _____

IDADE: _____ anos.

SEXO: () Feminino () Masculino

ESCOLARIDADE: _____

Você sabe braille: () Sim () Não

1- Como você descreve o seu hábito alimentar?

() Saudável

() Não saudável

() Moderado

2- Você acha que a sua deficiência te atrapalha a ter uma alimentação saudável? SIM () NÃO ()

3- Você costuma comer com maior frequência produtos industrializados ou in natura?

() Industrializados (biscoitos, refrigerante, massas, doces)

() In natura (carnes, verduras, frutas, legumes)

() As duas opções

4- Você costuma ir sozinho ao supermercado?

SIM () NÃO ()

Por qual motivo?

5- Como você escolhe o produto que deseja no supermercado?

6- Como você distingue os rótulos dos alimentos quando está no supermercado?

7- Você tem o hábito de frequentar restaurantes?

SIM () NÃO ()

8- Como você escolhe os alimentos que deseja em restaurante self-service?

9- E em restaurantes à la carte, como opta?

10- Você consegue preparar suas refeições sozinho em casa?

SIM () NÃO ()

11- Acha provável a ocorrência de intoxicação alimentar, alergias ou intolerâncias pela compra inadequada de alimentos?

SIM () NÃO ()

12- Já passou por algum constrangimento ao adquirir alimentos?

SIM () NÃO () NÃO SE APLICA ()

Qual?

13- Já se confundiu ao adquirir algum alimento?

SIM () NÃO () NÃO SE APLICA ()

14- As dificuldades que você encontra no dia a dia na aquisição de alimento influenciam:

A- Na qualidade dos alimentos e na escolha alimentar:

SIM () NÃO () NÃO SE APLICA ()

B- No prazer de comer:

SIM () NÃO () NÃO SE APLICA ()

15- O que acha da não obrigatoriedade do uso de braile em embalagens? Por qual motivo?

16- Acredita que com uso do braile em embalagens ajudaria sentir confiabilidade no que está adquirindo?

SIM () NÃO ()

17- Sente dificuldade quanto a acessibilidade de alimentos, de modo geral?

SIM () NÃO ()